



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

127
L

163

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0051928-2

APELANTE: MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS E OUTRO

APELADA: MARIA DE MEDEIROS PERETTI

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 222/2009

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM*. PEDIDO DE EXCLUSÃO DE UM DOS CÔNJUGES FIADORES. FIANÇA PRESTADA POR AMBOS OS CÔNJUGES, QUE DEVEM SE RESPONSABILIZAR SOLIDARIAMENTE PELA DÍVIDA. PRELIMINAR A QUE SE REJEITA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE PRODUZIR AS PROVAS REQUERIDAS NOS EMBARGOS. DESNECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL. MANTIVERAM-SE OS APELANTES NA POSSE DO BEM ATÉ O MÊS DE JULHO, O QUE LEGITIMA A COBRANÇA DOS ALUGUÉIS PELO EXEQUENTE. A RECUSA DA PROPRIETÁRIA DE RECEBER AS CHAVES NO MÊS DE MAIO DEVERIA TER SIDO ALEGADA EM AÇÃO PRÓPRIA. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, POR VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. MATÉRIA ALEGADA NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO E NÃO COMPROVADA QUANDO DA SUA INTERPOSIÇÃO. REJEIÇÃO. A RESPONSABILIDADE DO FIADOR ALCANÇA TODA A DÍVIDA EXECUTADA, NOS TERMOS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. DESPROVIMENTO AO APELO.

R
3459

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *à unanimidade, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam; à unanimidade, em rejeitar a preliminar de cerceamento do direito de produção de provas; à unanimidade, em rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa por violação do contraditório; e, no mérito, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator.*

Recife, 14 de dezembro de 2009.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

118

164

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0051928-2

APELANTE: MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS E OUTRO

APELADA: MARIA DE MEDEIROS PERETTI

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS E OUTRO

Contra sentença proferida em:

Embargos à execução

Da lavra do Juízo da:

9.ª Vara Cível da Capital

Na qual são partes:

MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS E OUTRO (embargantes apelados) e MARIA DE MEDEIROS PERETTI (embargada apelante).

Discute-se na causa, em síntese:

A execução de título executivo extrajudicial, embasada em contrato de locação. Alegaram os embargantes, preliminarmente: a irregularidade na representação da autora; ilegitimidade de Marlene Rosa Xavier de Andrade para figurar no pólo passivo da ação, considerando-se que o fiador é apenas o seu cônjuge; ilegitimidade do fiador Mardônio de Andrade Quintas, pois inexistente, na cláusula 13.ª do contrato locatício, menção à extensão da fiança além do prazo estipulado. No mérito, os embargantes argumentaram que a proprietária se recusou a receber as chaves do imóvel desocupado

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

desde o mês de maio de 1991, pelo que deveriam ser excluídas as parcelas referentes aos meses de junho e julho daquele ano, bem como aduziram que as taxas extras seriam da responsabilidade da dona do imóvel, discordando, ainda, da quantia posta à execução.

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

Rechaçadas as preliminares, entendeu o Juiz, no mérito, que a dívida dos embargantes englobava as prestações referentes aos meses de junho e julho, julgando procedentes os embargos apenas na parte relativa às taxas extras, considerando que a embargada não fez prova no particular.

Suscita a parte apelante a(s) preliminar(es) de:

- 1 -- Ilegitimidade do cônjuge do fiador;
- 2 -- Cerceamento do direito de produzir as provas requeridas nos embargos;
- 3 - Cerceamento do direito de defesa.

Não houve preliminares levantadas pela parte apelada.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

Que a cláusula do contrato restringe a responsabilidade do fiador ao prazo da locação.

Em suas contrarrazões, a parte apelada aduz:

A irretocabilidade da sentença.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife, 22 / Setembro / 2009 -

Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

128
L
166

VOTO

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

Ementa: Direito Processual Civil. Contrato de locação. Execução de título extrajudicial. Embargos à execução. Apelação cível. Preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*. Cônjuge do fiador que assinou o contrato de locação apenas para fins de outorga uxória não é parte legítima para figurar no pólo passivo da execução. O consentimento para a fiança intitulada pelo cônjuge não importa em responsabilização pela dívida. Preliminar acolhida, para excluir do feito o cônjuge virago do fiador.

Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:

Alegam os apelantes a ilegitimidade passiva *ad causam* do cônjuge virago, que não participou do contrato de locação como fiadora, apenas anuindo com a fiança firmada pelo seu consorte.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Verifico que o cônjuge virago consta do contrato de locação como autorizador da fiança ali estabelecida. Sobre a matéria, o voto do Des. Viçoso Rodrigues (TJMG) revela-se esclarecedor, pelo que o transcrevo, *in verbis*:

A agravada, conforme se vê da cópia da nota promissória às f. 109, não assinou a cártula na condição de avalista, mas apenas autorizou o seu cônjuge a realizá-lo.

O artigo 1.647 do Código Civil regula a matéria posta à apreciação deste Tribunal, dispondo o citado artigo que:

"Art.1.647: Ressalvado o disposto no artigo 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta:

I - Alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;

II - Pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos;

III - Prestar fiança ou aval;

IV - Fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns, ou dos que possam integrar futura meação."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

729
✓
167

O mencionado artigo prevê expressamente a necessidade do consentimento do cônjuge para que o aval seja prestado, todavia, consentimento não importa em sua responsabilização pela dívida.

Assim comenta Nelson Néri Junior e Maria Rosa de Andrade Nery (Código Civil Comentado, 4ª ed. ampliada e atualizada p.915):

"Caso fique claro que no instrumento de contrato (fiança) ou no título cambial (aval) que o cônjuge está dando autorização para que seu consorte preste fiança ou aval, o cônjuge autorizador não pode e não é fiador nem avalista, qualidades ostentadas apenas pelo cônjuge autorizado..."

Diante disto, já que ela apenas consentiu no aval, não poderá ser considerada avalista e, portanto não poderá figurar no pólo passivo em ação de execução da nota promissória avalizada.

Se o regime de bens é o de comunhão total e o aval foi autorizado, a eventual recaída de penhora sobre bens de propriedade da agravada não decorre de sua legitimidade na ação.

Ressalto que a agravada não é co-devedora ou garantidora do título executado, não sendo parte legítima na ação de execução.

Assim, considerando o acima exposto, REJEITO A PRELIMINAR NEGÓCIO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJMG. Processo n.º 1.0702.06.277759-5/001(1), Desembargador Relator D. VIÇOSO RODRIGUES, j. 06/03/2007)

*Assim, entendo plausível a tese dos apelantes, alicerçada na ilegitimidade *ad causam* do cônjuge virago signatário do contrato de locação apenas para fins de outorga uxória.*

Como resultado do meu voto:

*Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, para excluir do feito MARLENE DE ANDRADE QUINTAS.*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

130
L
168

Apelação Cível nº 51928-2
Apelante – MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS E OUTRO
Apelado – MARIA DE MEDEIROS PERETTI
Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES
Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

REVISÃO

Trata-se o presente, de Apelação Cível interposta por Mardônio de Andrade Quintas e sua mulher Marlene Rosa Xavier de Andrade Quintas contra a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Recife, que julgou procedente em parte os embargos oferecidos pelos Apelantes em razão da execução que lhes promoveu Maria de Medeiros Peretti, que buscava receber os encargos locatícios do imóvel locado ao Dr. Amaro Soares Quintas.

Os Apelantes foram fiadores do imóvel locado e diante da falta de pagamento, pelo locador, de alugueis, condomínio, consumo de energia elétrica e uso de telefone instado no referido imóvel, a Locatária ingressou com a necessária ação executiva.

Os Apelantes foram devidamente citados, ofereceram bem a penhora e embargaram à execução, sob a arguição preliminar de que a segunda Apelante não fora fiadora, pois apenas anuiu ao contrato subscrito pelo seu marido e que o primeiro Apelante Mardônio de Andrade Quintas vez que a fiança não foi prestada além do prazo contratual, enquanto no mérito afirmam que o imóvel foi desocupado em maio de 1991, o que afasta a cobrança dos meses de junho e julho de 1991; não estão obrigados ao pagamento de taxas extras de condomínio e que não existe prova do valor dos alugueis cobrados, pelo que esperam a reforma do julgado e a extinção da execução.

A Apelada ofereceu contra-razões rebatendo todas as alegações formuladas.

Da Preliminar de Ilegitimidade da Segunda Apelante

Não vejo como acolher a preliminar argüida pela Apelante Marlene Rosa Xavier de Andrade Quintas, esposa do primeiro Apelante, fiadores da locação feita em favor do Professor Amaro de Andrade Quintas.

A afirmativa formulada para se livrar da responsabilidade de pagar os valores devidos pelo Locador, dizendo que apenas anuiu à fiança prestada pelo seu marido e por isso não deveria ser executada.

Entendo ser simplória tal afirmativa, pois ao anuir com a prestação da fiança dela concordou e assumiu todos encargos dela decorrentes.

Ademais, quando a norma civil exige a anuência do cônjuge na prestação da fiança, tem por finalidade específica e própria de que exista uma responsabilidade patrimonial do casal, pois se assim não fosse, ou seja, para que não houvesse essa assunção de obrigação, bastava que o outro cônjuge não assinasse a fiança, e tanto isso é correto que na falta de assinatura do outro cônjuge pode ele reivindicar a anulação da fiança prestada de forma a afastar a sua responsabilidade pelo ato praticado, consoante entende o Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“AGRAVO REGIMENTAL. LOCAÇÃO. FIANÇA PRESTADA POR PESSOA CASADA SEM A ANUÊNCIA DO OUTRO CÔNJUGE.

1. Regra geral, é reconhecida a nulidade da fiança prestada por pessoa sem o consentimento do outro cônjuge.

2. Entretanto não se admite venha o marido, em embargos à execução, pugnar pela nulidade do ato que conscientemente praticou, na medida em que tal requerimento cabia à esposa ou algum de seus herdeiros, na hipótese de ser a mesma falecida, nos termos do artigo 239 do Código Civil de 1916.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (Agravo Regimental no Recurso Especial - AgRg no REsp 540.817/DF, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, Sexta Turma, DJ 6/3/06);

“RECURSO ESPECIAL. FIANÇA. AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA. INEFICÁCIA DA GARANTIA.

De acordo com o art. 235, III, do Código Civil, a fiança prestada pelo cônjuge sem outorga uxória é de total ineficácia, eis que é nulo o ato jurídico quando preterida alguma solenidade considerada essencial pela lei.

Na hipótese, ausente o consentimento de um cônjuge, infringida condição essencial à eficácia da fiança.

Recurso do recorrente-varão que não se conhece eis que lhe falta legitimidade para requerer nulidade de ato a que deu causa.

Recurso conhecido e provido do cônjuge mulher.” (Recurso Especial – Resp nº 268518, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ 19/02/2001).

Logo, a exigência da anuência da esposa, apesar de não se caracterizar em uma forma de solidariedade, tem a finalidade de garantir a obrigação assumida no contrato mediante a execução do patrimônio comum do casal até o falecimento do cônjuge-varão fiador, senão vejamos:

“FIANÇA. LOCAÇÃO. CONSENTIMENTO UXÓRIO. MORTE DO CÔNJUGE - GARANTE. RESPONSABILIDADE DA VIÚVA. LIMITE. SOLIDARIEDADE. DISTINÇÃO.

- Sendo a fiança contrato que não admite interpretação extensiva, por ter caráter benéfico, e constando no contrato de

131
L
16.9

locação o marido como fiador, a que a mulher apenas concedeu anuência para atender a exigência legal (art. 235, III, CC), não há cogitar de solidariedade de que trata o art. 1.493 do CC.

- A responsabilidade do cônjuge supérstite, pela garantia fidejussória, no caso, vai até o evento morte do fiador.

- Recurso conhecido e provido." (Recurso Especial - REsp nº 163.477/SP, Relator o Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJU 1506/1998).

Ademais, o contrato assinado não faz restrições nem ressalvas de qualquer natureza, ao contrário estabelece que a responsabilidade dos fiadores vai até a efetiva entrega das chaves.

Vale esclarecer que a fiança é um ato complexo, pois se o fiador for casado, obrigatoriamente faz-se necessária a anuência do outro cônjuge, para ter a devida validade, sem que se admita interpretação extensiva ou restritiva, salvo nos casos de suprimentos judiciais.

Logo, a anuência do cônjuge que a lei exige, tem por finalidade saber se ele está de acordo, se ele concorda com a fiança concedida pelo outro cônjuge e com os termos do ato praticado, tudo para legitimar uma eventual execução do patrimônio comum do casal, não representando nunca um ato simbólico de simplesmente assinar a carta de fiança porque a lei assim exige.

Assim rejeito a preliminar argüida.

É como voto.

Recife,


Des. Silvio Beltrão
Revisor

132
2
170



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

133
L
171

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Uma dúvida que me veio: quando o Presidente Relator se posicionou me pareceu que disse que ele seria uma das partes. Vossa Excelência reconhece na qualidade de fiador?

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

Não, fiador é marido e mulher.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Estão pedindo a exclusão?

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

Da mulher porque ela apenas assinou.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Ambos fiadores?

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

Sim, agora tem mais, sabe o que é? Esse imóvel o contrato de locação foi assinado como fiador, o pai e sogro do casal.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência terminou o seu voto?

9



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

134
L
172

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

O meu voto é contra. Eu discordo, eu rejeito a preliminar porque eu entendo que a mulher ela não assinou carta de fiança somente porque a lei exigia não, ela assinou porque era responsável, ela passou a se responsabilizar por todos os atos e o contrato dizia: até a entrega das chaves. Então por isso eu peço a máxima vênia a Vossa Excelência para dizer que não tem. E nós sabemos, Desembargador Milton, que na execução contra marido e mulher vão os dois, de todo jeito quem vai pagar é o marido, agora excluir a mulher somente sob a alegação de que ela ligou apenas para atender a exigência legal.

A exigência legal não é para isso não, é para dividir a responsabilidade.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E RELATOR)

A Turma está discordando, mas antes, porque eu não justifiquei o fundamento do meu voto, simplesmente eu acolhia essa preliminar de ilegitimidade passiva para excluir do feito a Sra. Marlene, mas eu pediria a Vossas Excelências permissão para ler o fundamento jurídico do meu voto. (LEU VOTO)

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

Eu gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência, mais como catedrático do que como relator: se essa senhora não tivesse assinado a carta de fiança esse contrato valeria? Valeria não.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E RELATOR)

Ela é casada com ele?

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO

É casada, civilmente casada. Então ela assinou para dar validade ao contrato como o código civil determina.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Presidente Milton, é muito difícil discordar de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência sempre traz fundamentos precisos para sua argumentação, no entanto, independentemente que tenho minha convicção, quando Vossa Excelência votou eu pensei: são casados com separação total de bens, não é necessária outorga uxória ou autorização marital, não é o caso. Então se não é o caso eu não tenho outro entendimento, se não o do Desembargador Silvio Beltrão, que é fundamental, sobretudo, que levará uma maior segurança jurídica para todos, evitará embargos de terceiros e por esse motivo, também contendo como uma exigência legal, eu considero o meu voto no sentido do voto do Revisor.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E RELATOR)

Com a pergunta ao Revisor Silvio Beltrão quanto ao fato de ela ser casada realmente me trouxe uma reflexão maior a respeito. Ela na verdade sendo casada é necessária a sua assinatura, porque o que acontecer, por exemplo, uma exclusão da meação no caso, mas aqui quando veio a pergunta ela é casada? Ela é casada realmente, então o cônjuge virago no momento em que ele concede a fiança, ela será nula sem a outorga uxória. Em razão disso, Senhores Desembargadores, eu revejo o meu voto e refluo para rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*. É como voto acompanhando o voto de Vossa Excelência.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

236
L
174

**PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE PRODUZIR
AS PROVAS REQUERIDAS NOS EMBARGOS**

Ementa: Preliminar de cerceamento do direito de produzir as provas requeridas nos embargos. Desnecessidade de prova testemunhal. Mantiveram-se os apelantes na posse do bem até o mês de julho, o que legitima a cobrança dos aluguéis pelo exequente. A recusa da proprietária de receber as chaves no mês de maio deveria ter sido alegada em ação própria. Rejeição.

Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:

Alegam os apelantes que foram cerceados do direito de produzir prova testemunhal apta para comprovar a recusa da embargada de receber as chaves do imóvel locado em maio de 1991.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Ressalto que o Código de Processo Civil conferiu ao julgador certa discricionariedade em relação ao deferimento das provas requeridas pelas partes, podendo, no particular, indeferir a produção de prova que entender inútil ao julgamento do feito e manifestamente protelatória.

O julgamento antecipado da lide é, portanto, uma faculdade conferida ao julgador pela lei processual (art. 330 do CPC), que poderá proferir sentença de plano quando a questão de mérito for unicamente de direito ou não houver necessidade de dilação probatória.

In casu, o Juiz entendeu que ficou comprovada a entrega das chaves do imóvel apenas em julho de 1991, sendo que eventual recusa da proprietária em recebê-las deveria ter sido alegada em ação própria para depósito judicial.

Vislumbro irretocável o entendimento sentencial, pois os embargantes confessam o fato de terem permanecido com as chaves até o mês de julho, ao afirmarem a reportada recusa do proprietário. Se estivessem com o real desígnio de devolver a posse direta do imóvel ao locador, teriam os ora apelantes, certamente, providenciado medida cabível para repelir a injustiça



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

contra eles cometida. Todavia, mantiveram-se na posse do bem até o mês de julho, o que legitima a cobrança dos aluguéis pelo exequente.

Como resultado do meu voto:

Rejeito a preliminar ora analisada.

Segunda Preliminar – Impossibilidade Jurídica do Pedido

O Primeiro Apelante na certeza de que a Segunda Apelante seria excluída da lide, argui a presente preliminar sob a afirmativa de que a Apelada não poderia cobrar aos fiadores os encargos locatícios posteriores ao prazo contratual celebrado.

Ora, essa afirmação não encontra qualquer amparo legal, posto que do contrato consta expressamente que a obrigação dos fiadores iriam até a data da efetiva devolução do imóvel locado, quando na cláusula Décima Terceira do Instrumento de Locação assim estipula:

“Como fiador e principal pagador de todas as obrigações devidas pelo LOCATÁRIO à LOCADORA, por lei ou em virtude deste contrato, até a entrega das chaves e devolução definitiva do imóvel ora locado...”

Como se verifica, os Apelantes além de fiadores assumiram a obrigação de principais pagadores das obrigações devidas pelo locatário, até a entrega das chaves e devolução definitiva do imóvel locado.

Assim, constato que o pedido era possível e correto e que também não havia necessidade de produção de prova em audiência.

Diante do exposto, não vejo como acolher a preliminar argüida, pelo que a rejeito.

É: como voto.

Recife,

12/11/2008


Des. Silvio Beltrão
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE PRODUÇÃO DE PROVAS".

f

239
L
177



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

740
2
178

PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, POR VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO

Ementa: Preliminar de cerceamento de defesa, por violação do contraditório. Matéria alegada nos embargos à execução e não comprovada quando da sua interposição. Rejeição.

Em preliminar, eis a tese sustentada pela parte:

Que o Juiz não conferiu a oportunidade processual aos embargantes para se manifestarem sobre a ação revisional alegada na impugnação aos embargos.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

A controvérsia, nesse ponto, reside no valor cobrado pela exequente. Nos embargos, afirma-se: *A exequente também não trouxe a Juízo a prova do valor dos aluguéis cobrados, sendo aleatório os valores ali mencionados, o que também invalida a execução, já que os aluguéis pelo contrato são de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros antigos) e não de CR\$ 108.850,00, já em cruzeiros na época da execução. Os fiadores não se responsabilizaram por tais valores cobrados, nem anuíram com qualquer ajuste posterior entre locador e locatário, além de não haverem participado da ação revisional mencionada na execução.*

Contudo, nas razões do apelo, os embargantes apelantes manifestaram irresignação da seguinte forma: *Ainda também não fez justiça aos embargantes o douto julgador singular, quando não levou em conta que a responsabilidade da fiança estaria restrita ao valor cobrado pela exequente. O julgador procurou fundamentar sua decisão sobre esse ponto controverso, justificando que os embargantes nada falaram sobre a ação revisional que afirmam haver sido movida pela embargada, ação essa que haveria reajustado para maior os aluguéis. Ora, essa menção da existência da ação revisional, vê-se agora, foi feita na impugnação aos embargos, impugnação essa que não foi dado vista aos embargantes, pois, após a produção dessa peça (impugnação) o Juiz a quo designou de plano audiência de conciliação, não dando, assim, a oportunidade para*

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

142
2

179

que os embargantes se pronunciassem sobre o contrato na impugnação. – grifo acrescido.

Vislumbro que a alegada violação ao contraditório não se configurou nos autos. Isso porque, como se depreende do trecho do petitório transcrito, foram os embargantes que fizeram menção à ação revisional, assumindo o ônus de produzir a prova no particular, quando da interposição dos próprios embargos, eis tratar-se de prova documental.

Tecidas essas considerações, não vejo como acolher a preliminar em comento, pois inexistente qualquer cerceamento de defesa, *in casu*, configurando-se, sim, a preclusão para comprovar a matéria aduzida nos embargos, pois passado o momento oportuno, por responsabilidade da própria parte.

Como resultado do meu voto:

Rejeito a preliminar de cerceamento do direito de defesa, por violação ao contraditório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR SILVIO BELTRÃO (REVISOR)

Eu também acompanho Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Acompanho a turma.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO".

142
2
180



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

143
✓
181

MÉRITO

Ementa: A responsabilidade do fiador alcança toda a dívida executada, nos termos do contrato firmado entre as partes. Desprovemento ao apelo.

A respeito da tese recursal de mérito:

Que a cláusula do contrato restringe a responsabilidade do fiador ao prazo da locação.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Analizando os termos do contrato, verifico que a cláusula pertinente à fiança estabelece com precisão o alcance da responsabilidade do fiador, *in verbis*:

Como fiador e principal pagador de todas as obrigações devidas pelo locatário à locadora, por lei ou em virtude deste contrato, até a entrega das chaves e devolução definitiva do imóvel ora locado, e da linha telefônica n.º (...) à locadora, qualquer que seja o motivo que dê fim à locação, subscreve este instrumento o Dr. MARDÔNIO DE ANDRADE QUINTAS (...).

Assim, diviso, em uma interpretação literal do dispositivo pactuado, que a responsabilidade do fiador alcança toda a dívida executada.

* * *

Como resultado do meu voto:

Nego provimento ao apelo.

Quanto ao Mérito

Não merece acolhimento a pretensão recursal.

Houve um contrato de locação celebrado que deixou de ser cumprido, por falta de pagamento de encargos a ele vinculados e não pagos.

As alegações trazidas na peça recursal não possuem a mínima ressonância legal e apresentam desprovidas de qualquer substancia.

Ademais, a Apelada comprovou os débitos contraídos pelo Locatário e não pagos por ele nem pelos fiadores, ora Apelantes.

Por outro lado, verifico com muita curiosidade o fato do maldoso professor não ter promovido o pagamento de alugueis, condomínio, consumo de luz e de linha telefônica, quando a sua postura na Faculdade de Direito era bem outra, sendo considerado um homem correto e impecável.

Isto posto, nego provimento ao Apelo para manter intacta a sentença vergastada.

É como voto.

Recife,

Des. Silvio Beltrão
Revisor

244
2
182



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Essa também é a minha posição, Presidente, acompanho a Turma.

DECISÃO:

"MÉRITO: UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

145
L
183